



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINO DE SÃO  
LOURENÇO**

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI DE  
ACESSO À INFORMAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE  
DIVINO DE SÃO LOURENÇO – ES

ANO DE 2019



# CÂMARA MUNICIPAL DE **DIVINO DE SÃO LOURENÇO**

## ***Introdução***

De acordo com a Lei nº 12.527 ( Lei de acesso à Informação), que determina que a autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, Relatórios estatísticos contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

## ***Formas de solicitação de informação***

Na Câmara Municipal de Divino de São Lourenço existem canais disponíveis ao cidadão para solicitar informações situados na aba Comunicação, que são: Denúncias, Fale conosco, Fale com seu Vereador, Ouvidoria, Reclamações e Sugestões. Além dos supracitados canais de atendimento, também é disponibilizado o e-mail e o Telefone de contato no *site* da Câmara.

## ***Atendimento***

A coleta e a análise de dados sobre o atendimento aos pedidos de informações são capazes de evidenciar as características do cidadão que utiliza o serviço e os segmentos da população que necessitam de capacitação em relação a conceitos ligados à transparência e ao controle social, que é a fiscalização da sociedade sobre a atividade estatal. Além disso, permitem a detecção de problemas no site da instituição, possibilitando aferir quais conteúdos devem ser incluídos, ajudando no planejamento de ferramentas e funcionalidades mais intuitivas e adequadas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **DIVINO DE SÃO LOURENÇO**

## ***Pedidos***

De acordo com os pedidos de informações encaminhadas para o *site* da Câmara, nota-se que o maior interesse do cidadão recai sobre os assuntos referentes a parte administrativa.

## ***Características dos Solicitantes***

É possível extrair dados que caracterizam os solicitantes a partir dos pedidos de informação encaminhados.

Os 05 (cinco) pedidos de informações foram encaminhadas por 05 (cinco) pessoas naturais, sendo que cada um fez diferentes pedidos.

## ***Sexo dos Solicitantes***

Foi possível verificar que entre os 05 (cinco) solicitantes, 02 (dois) foram anônimos, 02 (dois) do sexo Masculino e 01 (um) do sexo Feminino.

## ***Cidade de Origem dos Solicitantes***

Considerando a Cidade de origem dos solicitantes, nota-se que 60% são de Municípios do Estado do Espírito Santo, e 40% não informados.

## ***Dos Pedidos***

Conforme indicado na tabela abaixo, dos **05 (cinco) pedidos feitos, todos foram respondidos**. Não há pedido em atendimento atualmente.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **DIVINO DE SÃO LOURENÇO**

Pedidos Feitos	5
Pedidos Anônimos	40%
Pedidos Identificados	60%
Pedidos Respondidos	100%
Pedidos não Respondidos	0%
Em Atendimento	0%
Aguardando Atendimento	0%
Arquivados	100%

## **Conclusão**

A Lei nº **12.527/2011** regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.

Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público.

Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.